8 DIAS E SEIS ASSASSINATOS, UM RETRATO DO GOVERNO WILSON WITZEL | Daniel Octaviano, Elaine Monteiro, Vitória Rosa e Ygor Martins

17/08/2019

Mais uma vez, nos deparamos com mortes. Mortes dos nossos corpos que habitam a periferia, vivem às margens da sociedade e que, sendo sua maioria negros, são todos pobres. Vidas que são tiradas em função de um projeto de segurança pública que não se preocupa em garantir a segurança de todos, mas apenas de uma pequena parcela social, que projeta nas periferias e favelas incursões policiais extremamente violentas e homicidas e que executa, sobretudo, nossos jovens.

Trata-se de uma política de estado. A única política que tem funcionado no Brasil ao longo de todo seu desenvolvimento, que mata a juventude negra e faz dessa população marginalizada seu alvo declarado. Sob o rótulo de uma pseudo guerra aos narcotraficantes, que agora passam a ser chamados inclusive de narcoterroristas, encaminha um movimento dos aparelhos estatais que tenta legitimar diversas violações dos direitos humanos e da própria vida. Esse mecanismo de os classificar como terroristas tem o intuito de gerar um ambiente propício para toda e qualquer violação, é uma tática que para além daquelas de guerra se propõe a atuar em determinados territórios. Territórios nos quais nós, jovens negros e moradores das favelas e periferias, estamos. Novamente, Wilson Witzel escancara qual é seu projeto de governo. O governador deixa claro a política que quer orientar para a população negra do estado do Rio de Janeiro.

O aparelhamento militar das forças policiais tem sido a principal investida do governo Witzel. Esse mecanismo reforça estruturas racistas e higienistas que organizam a formação brasileira e que historicamente tem servido aos interesses de uma determinada classe, baseando-se em um projeto político solidário à desigualdade e contrário às perspectivas de justiça social. Ao passo que negligencia as políticas sociais, o governo expande seus custos com os mecanismos de repressão do Estado e legitima ações abusivas e execuções sumárias que os policiais militares praticam nas favelas do estado do Rio de janeiro. Há muito tempo, denunciamos essas ações arbitrárias que vão na contramão de uma sociedade que se quer consolidar democrática e republicana. Vidas negras importam e não vamos submeter nossa juventude a um modelo de organização que tem sido exitoso no seu objetivo de nos exterminar.

Como destacou em entrevista o porta voz da Polícia Militar, o coronel Mauro Fliess, “só neste ano 32 policiais militares também foram mortos”. Com isso, nota-se a ineficiência da política do atual governo que executa policiais e civis, em sua maioria negros, pobres, moradores das periferias do Estado. O governador Witzel diversas vezes já se declarou favorável à morte indiscriminada. Em campanha, disse que “a polícia vai mirar na cabecinha e… fogo”. Já eleito, deu carta branca para a ação de snipers e seguiu reforçando seu compromisso com o extermínio. Os projetos de políticas públicas do nosso governante têm transformado o estado em um verdadeiro palco de guerra em que seus alvos prioritários têm raça e classe definidas. A situação em que estamos é calamitosa e inadmissível. Não podemos aceitar que as perspectivas que orientam nossa construção sociopolítica apontem para o aniquilamento de negras e negros.

No Rio de Janeiro, em oito dias, foram seis assassinatos. Todos em função da política de militarização dos conflitos, marcada pela lógica armamentista e incentivada profundamente pelo atual governo. Esse dado evidencia o quanto é grave nossa situação e que não podemos aceitar mais a política genocida que o estado do Rio de Janeiro tem implementado contra nós. Não à política armamentista. Não à naturalização do

genocídio!



Compartilhe nas redes: